

# Superior Tribunal de Justiça

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.296.355 - SP (2018/0118664-6)**

**RELATOR** : **MINISTRO PAULO DE TARSO SANSEVERINO**  
**AGRAVANTE** : BENEDITA TIGANI RESTIO  
**ADVOGADOS** : RENATO GUMIER HORSCHUTZ - SP155371  
ELISANGELA VIEIRA SILVA HORSCHUTZ - SP290231  
**AGRAVADO** : GABRIEL TORRES DE OLIVEIRA NETO  
**ADVOGADOS** : GABRIEL TORRES DE OLIVEIRA NETO (EM CAUSA PRÓPRIA) - SP198446  
VANESSA APARECIDA BUENO - SP209406

## EMENTA

*AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PROCESSO CIVIL (CPC/15). TEORIA DA CAUSA MADURA. MATÉRIA NÃO PREQUESTIONADA. SÚMULA 282/STF. AGRAVO CONHECIDO PARA, DESDE LOGO, NÃO CONHECER O RECURSO ESPECIAL.*

## DECISÃO

Vistos, etc.

Trata-se de agravo interposto por BENEDITA TIGANI RESTIO em face da decisão que negou seguimento a recurso especial, fundamentado na alínea "a" do art. 105, III, da Constituição Federal, em face de acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, assim ementado:

*MANDATO - Pretensão indenizatória julgada improcedente, reconhecido o decurso do lapso prescricional trienal - Incidência, no entanto, do prazo decenal - Inteligência do artigo 205, do Código Civil - Presente a hipótese descrita pelo artigo 1013, § 4º, do NCPC - Contratação para propositura de medida cautelar em face da cooperativa e de uma construtora - Mandante que, já sob o patrocínio de outro advogado, teve ciência da desistência desta ação com prazo hábil para deduzir eventual pretensão indenizatória pela não entrega de unidade habitacional - Desistência da medida cautelar que se justificava na ocasião - Perda de uma chance não caracterizada - Dano moral não caracterizado - Recurso não provido, modificado o fundamento adotado na sentença. (e-STJ, fl. 253)*

No recurso especial, a parte recorrente alega violação ao artigo 1.013, § 4º,

# Superior Tribunal de Justiça

do CPC/15; e ao artigo 34, inciso IX, do Estatuto da Advocacia, sustentando que a dúvida sobre o pedido de desistência afasta a teoria da causa madura. Defende que a perda de uma chance exige a produção de provas.

Contrarrazões não apresentadas.

É o relatório.

Passo a decidir.

O recurso especial não merece prosperar.

Primeiramente, cumpre esclarecer que o juízo de admissibilidade do presente recurso será realizado com base nas normas do CPC/15 e com as interpretações dadas, até então, pela jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, conforme disposto no Enunciado Administrativo n. 3/STJ.

No que se refere à violação ao artigo 1.013, § 4º, do CPC/15; e ao artigo 34, inciso XI, do Estatuto da Advocacia, verifica-se que não foi apreciada pelo acórdão recorrido, não tendo sido suscitada nem mesmo nas razões dos aclaratórios, estando ausente o indispensável debate prévio.

Sabe-se que o acórdão recorrido não ponderou o que dita o artigo de lei federal indicado, porquanto não examinou a impossibilidade de aplicação da teoria da causa madura, diante da dúvida sobre a desistência do pedido.

Assim, inexistente o prequestionamento, obstaculizada está a via de acesso ao apelo excepcional, incidindo. O óbice da Súmula nº 282 do STF: *É inadmissível o recurso extraordinário quando não ventilada, na decisão recorrida, a questão federal suscitada.*

Nesse sentido:

**AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. BRASIL TELECOM. PREQUESTIONAMENTO. AUSÊNCIA. SÚMULA Nº 282/STF. REEXAME DE PROVAS. INVIABILIDADE. SÚMULA Nº 7/STJ.**

**1. Ausente o prequestionamento, até mesmo de modo implícito, de dispositivos apontados como violados no recurso especial, incide o disposto na Súmula nº 282/STF.**

**2. A reforma do julgado demandaria o reexame do contexto fático-probatório, procedimento vedado na estreita via do recurso especial, a teor da Súmula nº 7/STJ.**

**3. Agravo regimental não provido.**

# *Superior Tribunal de Justiça*

(AgRg no AREsp 504.917/SC, Rel. Ministro **Ricardo Villas Bôas Cueva**, Terceira Turma, julgado em 14/4/2015, DJe 20/4/2015 - grifou-se)

Ressalta-se, por oportuno, que "*à configuração do prequestionamento viabilizador do acesso a esta Superior instância, é necessário que o Tribunal local se manifeste, emita juízo de valor, ainda que de forma implícita, sobre a matéria federal tratada no dispositivo infralegal dito violado, não bastando, apenas, a menção dos referidos preceitos legais na petição de recurso especial*". (AgRg no Ag 1259583/ PA, QUARTA TURMA, Rel. Ministro RAUL ARAÚJO, DJe 25/04/2014)

Cumpra-se asseverar que para que reste configurado o prequestionamento da matéria é imprescindível que o Tribunal de origem tenha sobre ela emitido juízo, aplicando-a ou afastando-a na análise do caso concreto, não sendo necessário que o acórdão indique expressamente os dispositivos legais pertinentes.

Portanto, é pacífico o entendimento desta Corte quanto à desnecessidade de que o Tribunal, ao proferir sua decisão, aprecie expressamente todas as questões suscitadas pelas partes, bastando que no acórdão constem os fundamentos utilizados para se chegar à conclusão exteriorizada e esta apresente uma solução à questão jurídica que lhe foi submetida pelas partes.

Em outras palavras, cabe ao magistrado resolver a lide que lhe é posta, não estando submetido aos argumentos indicados pelo réu ou pelo autor, valendo o brocardo "*da mihi factum dabo tibi ius*", como fora feito nos presentes autos.

Adverta-se, por fim, que eventual recurso interposto contra este *decisum* estará sujeito às normas do CPC/2015, conforme Enunciado Administrativo n. 3/STJ.

**Ante o exposto, conheço o agravo para, desde logo, não conhecer o recurso especial.**

Intimem-se.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Brasília (DF), 26 de novembro de 2019.

**MINISTRO PAULO DE TARSO SANSEVERINO**  
**Relator**

